



A COALIZÃO DAS ORGANIZAÇÕES LGBTTTI E DAS TRABALHADORAS SEXUAIS DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE COMEMORAM O TÉRMINO DE OUTRA BEM SUCEDIDA ASSEMBLÉIA GERAL DA OEA, APESAR DAS TENTATIVAS DE RESTRINGIR OS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO À SOCIEDADE CIVIL

Washington DC, 22 de outubro de 2020

RESUMO

A Coalizão de Organizações Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Transsexuais, Travestis, Intersex (LGBTTTI) e Trabalhadoras Sexuais da América Latina e do Caribe que trabalham no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), participou da 50ª Sessão Ordinária da Assembléia Geral, realizada em Washington, D.C. que devido à pandemia de COVID-19, ocorreu virtualmente nos dias 20 e 21 de outubro de 2020.

Neste contexto e tendo em vista as repetidas restrições, rejeitamos a participação limitada dada à Sociedade Civil na Comissão Geral. Por outro lado, denunciemos a tentativa dos grupos de oposição de nomear como porta-vozes pessoas que trabalham como legisladores e que, por tanto, deveriam estar nos espaços de representação do Estado e não na representação da Sociedade Civil. Tal interferência é uma clara violação das regras estabelecidas pela OEA, e é por isso que a Secretaria Geral tomou medidas para resolver esta situação.

Diálogo com os chefes de delegação, o Secretário-Geral e a sociedade civil

Pelo segundo ano consecutivo a Coalizão de Pessoas Trabalhadoras Sexuais, formada por organizações nacionais de mulheres trabalhadoras sexuais agrupadas na Rede de Trabalhadoras Sexuais da América Latina e Caribe (RedTraSex), teve uma participação importante no diálogo com os chefes de delegação, o Secretário Geral da OEA e a sociedade

civil, ainda mais neste momento em que os trabalhadores da economia informal sofrem duras consequências devido à pandemia.

Neste sentido continuamos observando a ausência de regulamentos claros que reconheçam o trabalho sexual como trabalho, uma omissão que permite a reprodução da violência institucional - incluindo violência sexual e física, extorsão e detenção ilegal - e reforça os obstáculos que impedem o acesso aos serviços básicos de saúde e à justiça. Embora o distanciamento social seja uma medida chave para combater o COVID-19, sua implementação deixa muitas pessoas do setor informal diante da decisão de parar de trabalhar para cuidar de sua saúde e de suas famílias, ou de tentar trabalhar para conseguir o sustento, deixando-as expostas à pandemia e à violência insólita por parte das forças de segurança.

É por isso que exigimos que as políticas públicas sejam acompanhadas por uma abordagem interseccional que permita que a assistência estatal chegue às populações mais vulneráveis e precarizadas neste contexto, e que considere as necessidades daquelas pessoas que se dedicam ao trabalho sexual, o qual é realizado em grande parte através do contato físico. Lembramos que desde 2017 a CIDH não concedeu outra audiência sobre trabalho sexual, apesar dos numerosos pedidos nesse sentido.

A representação da Coalizão LGBTTTI colocou ênfase especial no impacto agravado da crise humanitária e sanitária resultante do contexto pandêmico da COVID-19 sobre nossas populações. A violência institucional e particular contra pessoas trans aumentou com medidas restritivas de isolamento e distanciamento e em geral há uma maior hostilidade social contra pessoas LGBTIQ+. É preocupante a virada conservadora e repressiva de muitos Estados em resposta à pandemia, dando um lugar central ao imaginário do lar e da família como espaços seguros. No entanto, o aumento alarmante de femicídios, crimes de ódio e suicídios durante a pandemia mostra que para muitas pessoas a casa e a família não são espaços seguros. As quarentenas e o fechamento de escolas deixaram crianças e adolescentes LGBT expostos à violência familiar e muitos foram expulsos de suas casas.

Foi gratificante notar que um número crescente de aliados integrou uma mensagem de igualdade e não discriminação durante o diálogo que antecedeu a Assembléia Geral; entretanto, grupos de oposição à expansão dos direitos continuam a promover mensagens que tentam enfraquecer os direitos das populações historicamente violentadas nas Américas.

Diálogo com a Secretaria de Acesso aos Direitos

No diálogo realizado com a Secretária de Acesso aos Direitos, Farah Diva Urrutia, sua equipe e as pessoas que compõem esta Coalizão, dividimos reflexões sobre a importância dos

processos da Secretaria, no cumprimento do reconhecimento de mais direitos a mais pessoas e com isso, não deixar ninguém atrás. Destacamos a vontade da Secretaria Urrutia de dar seguimento aos compromissos hemisféricos com respeito às pessoas LGBTIQ+ e a assistência técnica que a OEA pode dar à sociedade civil e aos Estados para respeitar os direitos humanos de todas as pessoas.

Resolução, Promoção e Proteção dos Direitos Humanos

Como todos os anos desde 2008, temos o prazer de comunicar a reafirmação dos Direitos Humanos e a prevenção da discriminação e da violência contra pessoas LGBTI no continente, através de sua adoção, mais uma vez, no Projeto de Resolução, Promoção e Proteção dos Direitos Humanos.

Ao mesmo tempo manifestamos nossa preocupação com relação às discussões sobre a resolução omnibus de Direitos Humanos, na qual os conteúdos da seção dedicada ao fortalecimento da Comissão Interamericana de Mulheres e a seção dedicada ao Mecanismo de Acompanhamento da Convenção de Belém do Pará (Convenção Interamericana sobre Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a Mulher) foram questionados. O questionamento destes conteúdos ameaçou reverter as posições já alcançadas em anos anteriores, já que o objetivo foi eliminar o reconhecimento das mulheres em toda sua diversidade e a abordagem interseccional. Esta posição foi inicialmente liderada pela Colômbia, que depois moderou muito sua insistência nestas questões, e mais tarde Santa Lúcia foi quem liderou esta tarefa.

Consideramos que suprimir a abordagem interseccional é profundamente grave e não afeta só as mulheres trans, lésbicas e bissexuais, mas também prejudica os direitos das mulheres indígenas, afrodescendentes, migrantes, trabalhadoras sexuais, com deficiências e empobrecidas, entre outras. Evitar falar das mulheres em toda sua diversidade e se opor à abordagem interseccional levará a resolução de Direitos Humanos da OEA de volta a uma linguagem e abordagem anteriores à histórica IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing em 1995. Felizmente, o trabalho árduo de algumas delegações permitiu manter a abordagem interseccional e a inclusão da mulher em toda sua diversidade tanto para orientar o trabalho da CIM quanto para fortalecer a implementação da Convenção de Belém do Pará.

AGRADECIMENTOS

A Coalizão LGBTTTI felicita os entes que compõem a Organização dos Estados Americanos, responsáveis por lograr uma Assembléia Geral bem sucedida apesar do contexto gerado pela pandemia da COVID-19, e destaca seu compromisso com o avanço do diálogo.

Seguimos incentivando aos Estados membros que continuem garantindo os Direitos Humanos de todas as populações sem distinção, sem estigma e sem discriminação.

As organizações que fazem parte da Coalizão de LGBTTTI e Trabalhadoras Sexuais da América Latina e do Caribe que trabalham no âmbito da OEA, assinam:

1. Argentina - AKAHATÁ Equipo de Trabajo en Sexualidades y Género
2. Argentina - ATTTA (RedLACTrans)
3. Belize - TIA Belize (RedLACTrans)
4. Belize - United Belize Advocacy Movement (UNIBAM)
5. Bolivia - Red Nacional de Mujeres Trans en Bolivia (REDTREBOL) (RedLACTrans)
6. Bolivia - Fundación Diversencia
7. Brasil - Articulação Política das Juventudes Negras
8. Brasil - Grupo Ativista de Travestis, Transexuais e Amig@s (GATTA)
9. Brasil - Grupo Esperança
10. Brasil - Liga Brasileira de Lésbicas (LBL)
11. Brasil - Rede Nacional de Negr@s e Afros LGBTTT (Rede-afros- lgfts)
12. Brasil - Rede Trans De Brasil
13. Canadá - *The Canadian HIV/AIDS Legal Network – Canada (*Miembro Asociado)
14. Chile - Asociación OTD Organizando Trans Diversidades
15. Chile - Corporación Chilena de Personas Trans Amanda Jofré (RedLACTrans)
16. Colombia - Asociación Líderes en Acción
17. Colombia – Caribe Afirmativo
18. Colombia - Colombia Diversa
19. Colombia - Fundación Santamaría
20. Colombia - Red Comunitaria Trans (RedLACTrans)
21. Costa Rica - Mulabi - Espacio Latinoamericano de Sexualidades y Derechos
22. Costa Rica - TRANSVIDA (RedLACTrans)
23. Costa Rica – Asociación Ciudadana Acceder
24. Dominica - Dominica Chapter of the Caribbean HIV and AIDS partnership (ChapDominica)
25. Ecuador - Asociación Alfil (RedLACTrans)
26. Ecuador - Taller de Comunicación Mujer
27. El Salvador - Asociación Aspidh Arcoiris (RedLACTrans)
28. Grenada - Grenada Chapter of the Caribbean HIV and AIDS Partnership (GrenCHAP)
29. Guatemala - Organización Trans Reinas de la Noche (OTRANS) (RedLACTrans)
30. Guyana - Society Against Sexual Orientation Discrimination (SASOD)
31. Haití -Action Communautaire Pour L'integration Des Femmes Vulnerables en Haiti(ACIFVH)
32. Honduras – Asociación para una Vida Mejor (APUVIMEH)
33. Honduras - Colectivo Unidad Color Rosa (RedLACTrans)
34. Jamaica - J-FLAG

35. México - Letra S SIDA, Cultura y Vida Cotidiana
36. México - Red Mexicana de Mujeres Trans (RedLACTrans)
37. México - Fundación Arcoíris por el Respeto a la Diversidad Sexual A.C.
38. México – Las Reinas Chulas, Cabaret y Derechos Humanos, A.C
39. Nicaragua - Red Nicaragüense de Activistas Trans (REDTRANS)
40. Nicaragua - ODETRANS (RedLACTrans)
41. Panamá - Asociación Panameña de Personas Trans (RedLACTrans)
42. Panamá – Fundación Iguales
43. Paraguay - Aireana Grupo por los Derechos de las Lesbianas
44. Paraguay - Asociación Panambi (RedLACTrans)
45. Paraguay - Asociación Escalando
46. Perú - Centro de Promoción y Defensa de los Derechos Sexuales y Reproductivos (PROMSEX)
47. Perú - Instituto Runa de Desarrollo y Estudios sobre Género
48. Perú – Trans Organización Feminista por los Derechos Humanos (RedLACTrans)
49. Regional - Caribbean Forum for Liberation and Acceptance of Genders and Sexualities (CARIFLAGS)
50. Regional - Red Latinoamericana y del Caribe de Personas Trans (REDLACTRANS)
51. Regional - Red de Trabajadoras Sexuales de Latinoamérica y el Caribe (REDTRASEX)
52. Regional - Synergía – Iniciativas por los Derechos Humanos
53. República Dominicana - Comunidad de Trans Travesti y Trabajadoras Sexuales Dominicana COTRAVETD (RedLACTrans)
54. República Dominicana – Diversidad Dominicana
55. St. Lucia - United & Strong Inc.
56. Sub regional - Eastern Caribbean Alliance for Diversity and Equality (ECADE)
57. Suriname - Women's Way Foundation
58. The Bahamas - The D' Marco Organization (RedLACTrans)
59. Trinidad and Tobago – CAISO
60. United States - Hondureños Contra el Sida
61. Uruguay - Asociación Trans del Uruguay (ATRU)
62. Uruguay - Colectivo Ovejas Negras
63. Venezuela - Venezuela Diversa Asociación Civil
64. Venezuela - Diversidad e Igualdad a Través de la Ley (DIVERLEX)